

DEVIDO A FALTA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS FISCAIS PROTECIONISTAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO

## Uma prorrogação do Estado de Emergência pode levar ao encerramento de mais Pequenas e Médias Empresas Nacionais



No passado dia 14 de Abril, o Governo anunciou ter aprovado, no âmbito de seus esforços para a minimização do impacto económico negativo da pandemia da covid-19 no país, um decreto para facilidades aduaneiras e fiscais conducentes a aliviar a pressão sobre as actividades económicas do sector privado. Este instrumento de política económica, ao qual o Governo apelidou de “inovador” no contexto dos impostos, muito particularmente na questão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), prevê a autorização de saídas

antecipadas para a importação de produtos de prevenção e tratamento da Covid-19 na dispensa dos pagamentos por conta, no adiamento do pagamento social por conta e na autorização de compensação de crédito respeitando-se ao IVA e que o sujeito passivo seja titular com dívidas relativas a impostos de natureza diversa a cargo da administração tributária

O Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD) estranha que duas semanas depois de divulgar, e faltando em teoria, 3 dias para terminar o



Créditos: DW Moçambique

Estado de Emergência, estas medidas ainda não foram publicadas no Boletim da República, por forma a que as mesmas possam ser, de facto, implementadas. Neste contexto, se nada for feito para mudar o status quo, em caso de prorrogação do Estado de Emergência, as empresas terão mesmo que continuar a enfrentar sérias dificuldades financeiras para suavizar a forte queda de receitas provocadas pela paralisação parcial ou total de muitos sectores de actividades. Estes constrangimentos financeiros, que as empresas moçambicanas estão a enfrentar, são piorados pela ineficácia da política cambial do Banco de Moçambique para conter a depreciação do metical neste período de crise, tal como o CDD reportou na edição 21 deste “Especial CDD Covid-19”.

Tal como explicado na mesma edição, esta inércia e inoperância da política fiscal do Governo de Nyusi neste momento de profunda crise económica, já levou ao encerramento de pelo menos 187 empresas encerraram as suas actividades e consequência, afectou negativamente o emprego de, pelo menos, 6.400 trabalhadores.

Recentemente, no balanço preliminar do Estado de

Emergência, a Confederação das Associações Económicas (CTA) alertou que as empresas continuam a somar prejuízos estando, por-isso, a enfrentar uma situação de verdadeiro “sufoco” financeiro. Portanto, as “facilidades aduaneiras e fiscais para o sector empresarial” anunciadas pelo Governo não estão a “reanimar a actividade económica” porque simplesmente não estão a ser implementadas.

Perante esta situação, o CDD reitera o que já disse antes, o Estado Moçambicano tem que fazer muito mais, do que tem feito até agora, para garantir a continuidade do funcionamento das empresas e consequentemente garantir a disponibilidade de produtos básicos para a população durante a vigência do Estado de emergência sem comprometer o emprego da maioria da força de trabalho nacional. A produtividade e receitas das empresas estão a baixar, algumas famílias de baixo rendimentos já começam a passar fome pelo facto de, até ao momento, não existir um plano do Governo para apoiar os cidadãos desempregados ou cuja subsistência depende da economia informal, num cenário que em que o poder de compra deste moçambicano vem piorado diariamente.

COVID-19

## STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

From April the 1<sup>st</sup> to the 30<sup>th</sup>, 2020

CALL NOW:

87 85 33 330



Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of:



COVID-19

## ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:

87 85 33 330



Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19. Passe a palavra! Uma iniciativa de:



Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!

# CDD



### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Agostinho Machava  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique  
 Telefone: 21 41 83 36

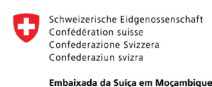
CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



Embaixada da Suíça em Moçambique

